

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.360.665 - PE (2018/0234639-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : WILSON ROSA EDUARDO
ADVOGADOS : SARITA LEITE DE SOUZA - PE017315
TAIANY ALÓDIO DE SOUSA - PE038731
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o agravante foi condenado pelos artigos 33, *caput*, e 35, c/c o art. 40, V, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico interestadual e associação para o tráfico), às penas de 10 (dez) anos e 6 (seis) meses de reclusão e pagamento de 1.050 dias-multa, e de 6 (seis) anos de reclusão e pagamento de 800 dias-multa, respectivamente, em regime fechado.

Após o trânsito em julgado da condenação, a defesa manejou revisão criminal, sustentando que a pena-base aplicada foi exasperada mediante fundamentação inadequada. Busca a cassação da sentença.

O Tribunal de origem, negou seguimento à ação revisional, em acórdão assim ementado (fls. 1.051/1.052):

PENAL. PROCESSUAL PENAL. REVISÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. EXASPERAÇÃO INDEVIDA DA PENA. REPETIÇÃO DE ALEGAÇÕES APRECIADAS E RECHAÇADAS EM SEDE DE APELAÇÃO E DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INOVAÇÃO ARGUMENTATIVA. REDUÇÃO DA PENA IMPOSTA. IMPOSSIBILIDADE. ADEQUAÇÃO AO CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ERRO OU INJUSTIÇA. PEDIDO REVISIONAL INDEFERIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I - Para a procedência do pedido revisional, é necessário que a parte demonstre efetivo erro judiciário contra o réu condenado, valendo-se, para tanto, de argumentos ou fatos novos, uma vez que a revisão criminal não consiste em via apropriada para mera reavaliação das provas, como se se tratasse de segunda apelação ou de mais um recurso ordinário para a revisitação do conteúdo fático-probatório dos autos.

II - No caso concreto, o Requerente apresenta os mesmos argumentos já analisados no julgamento dos recursos de apelação e de

agravo em recurso especial por ele interpostos, sustentando a exasperação indevida da pena. Assim agindo, busca simplesmente revolver a matéria fático-probatória, sem apontar a existência de manifesto erro judiciário, valendo-se inadequadamente da via revisional.

III - A modificação da reprimenda em sede de revisão criminal, embora permitida, deve ser prática excepcional, só podendo ter lugar em caso de flagrante ofensa ao texto da lei ou flagrante erro judiciário, não sendo a ação revisional meio apropriado para a rediscussão do quantum da pena em termos puramente subjetivos.

IV - Na hipótese, o magistrado sentenciante atendeu satisfatoriamente ao disposto nos artigos 59 e 68 do Código Penal e ainda no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, fixando penas-base em patamar necessário e suficiente para reprovação e prevenção dos crimes, ante a grande quantidade e a natureza da droga apreendida - cerca de 75 kg (setenta e cinco quilogramas) de pasta-base de cocaína -, inexistindo, assim, qualquer exagero passível de correção.

V - Pedido revisional indeferido. Decisão unânime.

Irresignada, a defesa interpôs recurso especial por contrariedade ao disposto no art. 621, I, do Código de Processo Penal e 59 do Código Penal, reiterando as alegações da revisão criminal. Sustenta que *há ilegalidade - consubstanciada na arbitrariedade e na ausência de fundamentação idônea - na desvalorização das circunstâncias* (fl. 1.076). Aduz que o recálculo da dosimetria pode ser discutida na revisão criminal, quando há flagrante desacerto, como na hipótese. Reafirma que o aumento da pena-base foi exasperado sem fundamentação concreta.

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista a incidência da Súmula n. 83 desta Corte.

Contraminuta às fls. 1163/1168. O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do agravo (fls. 1.183/1.186).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece provimento.

O Tribunal de origem, assim destramou a questão (fls. 799/800):

Agora, em sede de revisão criminal, o Requerente apresenta os mesmos argumentos já analisados e reanalisados em diversas instâncias, buscando simplesmente revolver a matéria, sem apontar, de forma inovadora, a existência de manifesto erro judiciário.

Assim agindo, vale-se inadequadamente da via revisional como se nova apelação fosse, sem preencher, portanto, os requisitos do art. 621 do CPP, o que impossibilita o deferimento do pedido.

[...]

Ainda que assim não fosse, cumpre destacar que a dosimetria da pena é ato marcado pela discricionariedade do órgão julgador, uma vez que "o Código Penal não estabelece regras absolutamente objetivas para sua fixação".

Desse modo, a modificação da reprimenda em sede de revisão criminal, embora permitida, deve ser prática excepcional, só podendo ter lugar em caso de flagrante ofensa ao texto da lei ou manifesto erro judiciário. Ou seja, se o quantum da pena foi estabelecido numa faixa que atende ao princípio da razoabilidade, a ação revisional não é meio apropriado para sua rediscussão em termos puramente subjetivos.

[...]

Da análise dos autos, tal como já foi exposto no acórdão que julgou o recurso de apelação, nota-se que o magistrado sentenciante atendeu satisfatoriamente ao disposto nos artigos 59 e 68 do Código Penal e ainda no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, fixando penas-base em patamar necessário e suficiente para reprovação e prevenção dos crimes, a saber: 08 (oito) anos de reclusão para o delito de tráfico de drogas e 06 (seis) anos de reclusão no tocante ao crime de associação para o tráfico.

Para tanto, foi considerada a grande quantidade e a natureza da droga apreendida - cerca de 75 kg (setenta e cinco quilogramas) de pasta-base de cocaína, substância com alto grau de nocividade -, fundamento que se mostra suficiente e adequado para justificar a elevação das penas nos moldes da condenação, sem qualquer exagero passível de correção.

Não se esqueça, a propósito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "tanto a concorrência de diversas vetoriais negativas como a existência de uma única vetorial negativa de especial gravidade autorizam pena base bem acima do mínimo legal."

[...]

Diante de tudo quanto foi exposto, não havendo que se falar em condenação contrária ao texto expresso da lei ou à evidência dos autos, e inexistindo motivos para o redimensionamento das penas aplicadas ao Requerente, voto pelo indeferimento do pedido revisional.

Nesse contexto, verifica-se que a decisão proferida pelo Tribunal *a quo* encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, firme no sentido de que só cabe a revisão criminal em caso de flagrante ofensa ao texto da lei ou manifesto erro judiciário, o que não se verifica no caso. Incidente, assim, a Súmula n. 83/STJ. Confirmam-se:

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.
DIREITO PROCESSUAL PENAL. INEXISTÊNCIA DE NEGATIVA DE
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. REVISÃO CRIMINAL. JUÍZO**

CONDENATÓRIO CONFIRMADO PELA PROVA DOS AUTOS. PRECEDENTES. SÚMULA 7 DO STJ. INCONFORMISMO NÃO TRATADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

2. Nos termos do art. 621 do CPP, malgrado não haja previsão de prazo decadencial para o exercício do direito de propositura do pleito revisional, admite-se o seu manejo tão somente quando restar comprovado que o decisum rescindendo foi proferido em contrariedade ao texto expresso da lei ou aos elementos de convicção constantes dos autos.

2.1. Ainda, é admissível a revisão de processos findos se demonstrado que a condenação se baseou em elemento probatório falso ou se surgirem novas provas da inocência do sentenciado ou em circunstância que determine a redução de sua pena. Tal limitação decorre do primado constitucional da segurança jurídica e da garantia da coisa julgada, que impõe a imutabilidade das decisões e que um mesmo fato seja objeto de mais de um julgamento, preservando-se, assim, a estabilidade das manifestações judiciais e o próprio prestígio do Poder Judiciário.

2.2. Com efeito, a contrariedade à evidência dos autos (art. 621, I, do CPP) revela-se pela inconsistência probatória, como a presença de prova robusta em sentido contrário ao juízo condenatório, ou até por inexistir nenhuma prova a sustentar a condenação. Precedentes.

2.3. Ausência de ilegalidade a ser reparada. Na hipótese em foco, o Tribunal de Justiça local asseverou que o juízo condenatório está fundado nos seguintes elementos de prova: i) prisão em flagrante do condenado; ii) confissão extrajudicial; e iii) reconhecimento de voz realizado pela vítima e seu irmão.

2.4. Ademais, o acolhimento do inconformismo, segundo as alegações vertidas nas razões do especial, demanda o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, situação vedada pela Súmula 7 do STJ. Precedentes.

3. Sob pena de subverter o processo penal e vilipendiar a segurança jurídica, a coisa julgada não pode ser desconstituída no âmbito do recurso especial, sem que a competente instância a quo tenha exercido efetivamente o juízo rescindendo sobre a decisão impugnada. Nessa linha intelectual, a matéria suscitada no apelo nobre não pode ser levada a efeito por este Tribunal Superior, pois o iudicium rescindens não se encontra presente, como aquilatado pelo Tribunal de origem.

4. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1.754.843/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 17/09/2018).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE TORTURA. REVISÃO CRIMINAL. ART. 621, INCISO I, DO CPP. PLEITO ABSOLUTÓRIO. FRAGILIDADE PROBATÓRIA. PRETENSÃO INVIÁVEL NO JUÍZO RESCISÓRIO.

NECESSIDADE DE PATENTE CONTRARIEDADE ENTRE A CONDENAÇÃO E AS PROVAS DOS AUTOS. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE SUPERIOR. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 83 DA SÚMULA DO STJ. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. A revisão criminal não deve ser adotada como um segundo recurso de apelação, pois o acolhimento da pretensão revisional reveste-se de excepcionalidade, cingindo-se às hipóteses em que a contradição à evidência dos autos seja manifesta, indubitosa, dispensando a interpretação ou análise subjetiva das provas produzidas.

2. Nessa senda, este "Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento no sentido do não cabimento da revisão criminal quando utilizada como nova apelação, com vistas ao mero reexame de fatos e provas, não se verificando hipótese de contrariedade ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos, consoante previsão do art. 621, I, do CPP." (HC 206.847/SP, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 16/02/2016, DJe 25/02/2016).

3. O Tribunal a quo desacolheu o pedido revisional por entender que não se configurou a hipótese do art. 621, I, do CPP (condenação contrária à evidência dos autos), não sendo cabível o pedido para a reapreciação do quadro fático probatório dos autos, entendimento que se coaduna com a jurisprudência desta Corte. Incidência do Enunciado n.º 83/STJ.

4. A imposição do modo inicial fechado com base na vedação prevista no art. 1.º, § 7.º, da Lei de Tortura revela a ilegalidade manifesta no aresto objurgado, que reclama a concessão de habeas corpus de ofício.

5. Estabelecida a reprimenda no patamar de 4 (quatro) anos de reclusão, com a fixação da pena-base acima do mínimo legal, diante da avaliação negativa de circunstâncias judiciais, proporcional o estabelecimento do regime inicial semiaberto.

6. Agravo regimental improvido, concedido habeas corpus de ofício para modificar o regime inicial para o semiaberto (AgRg no AREsp 553.560/BA, Rel.Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 02/03/2018).

Ademais, a dosimetria da pena só pode ser reexaminada em recurso especial quando se verificar, de plano, a ocorrência de erro ou ilegalidade, em flagrante violação do art. 59 do Código Penal, o que não se constata na hipótese. No presente caso, a pena-base foi majorada em elementos concretos, os quais se mostraram exacerbados para o tipo penal em comento.

Diante do exposto, com fundamento na Súmula n. 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

